



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 15/2019 – DSAP / PMDF, nos Termos do Padrão nº 4/2002.**

**Processo Sei nº 00054-00056589/2018-49**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Das Partes**

1.1 - O DISTRITO FEDERAL, por meio do DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTENCIA AO PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, de CNPJ nº 08.942.610/0001-16, doravante denominada Contratante, representada pelo Coronel QOPM EDMAR MARTINS, na qualidade de Ordenador de Despesa, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a empresa INFORWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA, Contratada, CNPJ nº 01.239.608/0001-36, com sede na Avenida Universitária, nº 750, Bairro Fátima, Salas 1910 / 1918, Teresina – PI, neste ato representada por MICHELLE JANAÍNA FERREIRA FONSECA, CPF nº 620.276.973-49, na qualidade de Representante.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do Procedimento**

2.1 - O presente Contrato obedece aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2019, da UASG nº 926670, aos termos da proposta da Contratada, datada em 7/11/2019, e aos termos da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Do Objeto e seu Detalhamento**

3.1 - O Contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos de auditoria, avaliações clínicas e/ou documentais, periciais e assessoria em saúde à PMDF, transposição dos documentos para meios magnéticos, emissão de pareceres e relatórios, inclusões e atualizações no sistema de processamento de dados utilizados pela PMDF e outros serviços correlatos, para operacionalização do serviço de saúde,

relativamente aos serviços de odontologia, médicos, psicológicos, fonoaudiólogos, de terapia ocupacional, fisioterápicos, de assistência social, de enfermagem, nutricionais, hospitalares, laboratoriais, radiológicos e de imagem e serviços afins de profissionais e empresas credenciadas / contratadas pela PMDF, em conformidade com as especificações e condições constantes do Termo de Referência constante no Anexo I do Edital, e de acordo com a proposta de prestação de serviços da Contratada, que passam a integrar o presente Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - Da Forma de Fornecimento**

4.1 – O Contrato será executado de forma contínua e de acordo com a demanda mensal da Administração, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto no art. 6º, inciso VIII, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Do Valor**

5.1 - O Valor unitário do Contrato é de R\$ 3.8745 (três reais e oitenta e sete centavos), por beneficiário / mês, perfazendo o valor mensal de R\$ 264.316.835 (duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos) referentes a 68.219,5833 (sessenta e oito mil duzentos e dezenove e quinhentos e oitenta e três) beneficiários, assim o valor anual de R\$ 3.171.802,02 (três milhões, cento e setenta e um mil oitocentos e dois reais e dois centavos), referentes a 818.635 beneficiários.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Da Dotação Orçamentária**

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Recurso Orçamentário: Fonte 100; Função 28; Programa 845; Subprograma 0903.

6.2 - O empenho será único e terá o valor de R\$ 3.171.802,02 (três milhões, cento e setenta e um mil oitocentos e dois reais e dois centavos), conforme Nota de Empenho nº 2020 NE 000001, emitida em 06 de janeiro de 2020 sob o evento nº 401091, na modalidade global.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - Do Pagamento**

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada em até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2. Para efeito de pagamento, a PMDF consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da contratada:

a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº 8.302/2014);

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal (CEF), devidamente atualizado (Lei nº 8.036/1990);

c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (Lei nº 12.440/2011).

e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7.2.1. Em havendo a impossibilidade de consulta pela Administração aos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

7.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

7.4. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA/IBGE.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, ou qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte:

a) A multa será descontada do valor total do respectivo Contrato; e

b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelos serviços prestados, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá a Contratada pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A (BRB). Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767/2011, e alterações posteriores.

7.7.1. Ficam excluídas desta regra:

a) os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;

b) os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

c) os pagamentos a empresas de outros Estados da Federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

7.8. Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

7.9. A retenção dos tributos não será efetivada caso a licitante apresente junto com a nota fiscal a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

7.10. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.

7.11. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

7.12. Em caso de rejeição da nota fiscal, motivada por incorreção, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

#### **CLÁUSULA OITAVA - Do Prazo de Vigência**

8.1. Por ocasião da assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, nos termos do art. 27, §2º, do Decreto nº 5.450/2005.

8.2. O período de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses.

#### **CLÁUSULA NONA – Da garantia**

9.1. Por ocasião da celebração do Contrato, será exigida da Contratada a prestação de uma das seguintes garantias:

9.1.1. Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma de escritura, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079/2004)

9.1.2. Seguro-garantia; ou, 9.1.3. Fiança bancária.

9.2. Caberá a Contratada optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato; (Art. 56, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/1993)

9.3. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

9.4. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

9.4.1. Somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

9.4.2. Poderá, a critério da PMDF, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

9.4.3. Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

9.5. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da nota de empenho emitida.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – Da Responsabilidade do Distrito Federal**

10.1. O Distrito Federal, por meio da Contratante, responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2. Indicar por meio da Contratante, o Executor do Contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/1993.

10.3. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

10.4. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

10.5. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.

10.6. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades, quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.

10.7. Permitir acesso da Contratada ao sistema de gestão do Saúde PMDF para execução dos serviços descritos no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

11.1. A Contratada fica obrigada a apresentar ao Distrito Federal: a) até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato; b) comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

11.5. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços sejam prestados com segurança e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com as Especificações Básicas constantes neste Termo.

11.6. Fornecer os recursos materiais, humanos, tecnológicos e de capacitações e treinamentos necessários à execução dos serviços objeto do contrato, responsabilizando-se por todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, exceto quando se tratar de atividades expressamente atribuídas a PMDF, segundo a lei, o edital ou o contrato.

11.7. Designar preposto responsável pelo atendimento a PMDF, devidamente capacitado e com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto do contrato, bem como manter atualizados os dados bancários para os pagamentos.

11.8. Solicitar, em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento das suas obrigações contratuais, exceto aquelas que competem a PMDF fornecer, nos termos contratuais.

11.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PMDF, relativamente à execução dos serviços.

11.10. Acatar integralmente as exigências da PMDF quanto à execução dos serviços contratados, inclusive providenciando a imediata correção das deficiências apontadas.

11.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.12. Remeter todas as correspondências destinadas a PMDF e decorrentes da execução do contrato ao Executor nomeado pela PMDF, citando o número do contrato a que se refere.

11.13. Manter, durante toda a fase de execução da prestação dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas no contrato, devendo informar a PMDF a superveniência de eventual ato ou fato que modifique as condições iniciais da habilitação.

11.14. Efetuar o pagamento de multas, indenizações ou despesas que porventura venham a ser impostas por órgãos fiscalizadores da atividade da Contratada, bem como suportar o ônus decorrente de sua repercussão sobre o objeto do Contrato.

11.15. Efetuar o pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas decorrentes de sua condição de empregadora, referentes aos serviços, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicação e autenticação do contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

11.16. Fiscalizar o cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe integralmente os ônus daí decorrentes, necessariamente já incluídos no preço contratado, independentemente da fiscalização exercida pela PMDF.

11.17. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, da Contratante.

11.18. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução do Contrato.

11.19. Comunicar à PMDF qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

11.20. Apresentar, sempre que solicitada pela Contratante, os comprovantes dos seguintes fatos: pagamento de salários e benefícios dos colaboradores; recolhimento dos encargos sociais; e regularidade junto ao Ministério do Trabalho - Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, nos termos da Lei n.º 4.923/1965); cópia da carteira de trabalho e previdência social do(s) empregado(s) admitido(s) no período; documentação rescisória completa e recibos de pagamento dos empregados demitidos no período.

11.21. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus colaboradores quando da execução do serviço objeto contratado.

11.22. Refazer os serviços que, a juízo da PMDF, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

11.23. Manter os seus colaboradores devidamente identificados.

11.24. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos colaboradores, assim como lidere, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

11.25. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus colaboradores.

11.26. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus colaboradores acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do fiscal.

11.27. Instruir os seus colaboradores, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

11.28. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos colaboradores.

11.29. Providenciar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias.

11.30. São de responsabilidade da Contratada eventuais transtornos ou prejuízos causados à PMDF, provocados por imprudência, imperícia, negligência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados. 11.31. Na hipótese de que trata o item anterior, a PMDF fica autorizada a descontar o valor correspondente aos danos sofridos da garantia do contrato ou dos pagamentos devidos à Contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Alteração Contratual**

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades**

13.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no Decreto Distrital nº 26.851/2006, anexo a este Contrato, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da Dissolução**

14.1. O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Rescisão**

15.1 - O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - O contrato será rescindido com a aplicação de multa se confirmado o uso de mão de obra infantil no processamento, transporte, ou qualquer fase produtiva do bem, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013 e Parecer nº 343/2016 – PRCON/PGDF).

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos débitos para com a Fazenda Pública**

16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Executor**

17.1. O Distrito Federal, por meio da Contratante, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro**

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Demais Prescrições**



19.1. A Contratada poderá utilizar sistema próprio de gestão de auditoria externa, via web, apto a registrar todas as atividades externas de auditoria de contas e enviar relatórios com tais informações para o Saúde PMDF quando solicitadas, para fins de acompanhamento contratual, sem ônus para PMDF.

19.2. Fica a contratada responsável pela auditoria e processamento das faturas referentes a atendimentos realizados a partir da data de assinatura do contrato.

19.3. Considerando a dinâmica e a complexidade dos serviços que não devem sofrer descontinuidade, quando do término do contrato, haverá período de transição desses serviços entre a CONTRATADA e a empresa que venha substituí-la.

19.3.1. A transição contratual ocorrerá nos últimos 30 (trinta) dias da execução contratual. Nesse período deverão ser realizados os seguintes serviços:

19.3.1.2. Finalização de todos os processos remanescentes do último mês de operação e eventuais pendências anteriores;

19.3.1.3 Enviar à PMDF ao fim do prazo contratual, todos os documentos em posse da CONTRATADA, e demais informações acerca da operação e execução dos serviços, sanando as dúvidas que por ventura houverem;

19.3.2. Essa fase não ocorrerá caso a vencedora da próxima licitação for a CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - Do combate à Corrupção**

21.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção pelo telefone 0800-6449060.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Do Foro**

20.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília/DF, 17 de fevereiro de 2020.

Pelo Distrito Federal:

EDMAR MARTINS - Coronel QOPM

Ordenador de Despesas

Pela Contratada:

MICHELLE JANAÍNA FERREIRA FONSECA,

CPF nº 620.276.973-49

Representante:

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **michelle janaina ferreira fonseca, Usuário Externo**, em 17/02/2020, às 19:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **EDMAR MARTINS - CEL QOPM, Matr.0050196-4, Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal**, em 17/02/2020, às 21:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **33979536** código CRC= **CD0F7B1E**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

CLS 115/116 - BLOCO D - Bairro Asa Sul - CEP 70385540 - DF

39101565